

Evangélicas e performances reprodutivas no Brasil: uma análise à luz do Censo Demográfico de 2022

Evangelical women and reproductive performances in Brazil: an analysis in light of the 2022 Demographic Census

Liniker Xavier *

Resumo

Este artigo investiga a relação entre pertencimento religioso e comportamentos reprodutivos femininos no Brasil, com ênfase na exceção evangélica evidenciada pelo Censo Demográfico de 2022. Enquanto a taxa de fecundidade média nacional caiu para 1,55 filho por mulher, entre as mulheres evangélicas o índice permanece acima da média, alcançando 1,74. Os cruzamentos realizados mostram que a fecundidade evangélica permanece superior à católica nas cinco Grandes Regiões e em todos os níveis de instrução analisados. A partir de uma análise descritiva que articula dados censitários e interpretações culturais e teológicas, o estudo examina a hipótese de que a reprodução, em determinados contextos evangélicos, pode operar como vocação espiritual e expressão comunitária de pertencimento. A fé pode reforçar a compreensão da maternidade como missão e fidelidade a Deus em contraste com discursos seculares de autonomia e planejamento familiar. A pesquisa também explora o papel das redes de cuidado e reconhecimento comunitário nas igrejas, os marcadores de escolaridade por religião e as diferenças em relação a repertórios católicos, espíritas e afro-brasileiros. Os resultados indicam que a composição territorial e educacional contribui para a compreensão das diferenças de fecundidade, mas não as esgota. Conclui-se que a fecundidade não deve ser tratada apenas como dado demográfico, mas também como expressão simbólica e moral situada em tradições religiosas específicas.

Palavras-chave: Religião. Fecundidade. Mulheres evangélicas. Censo 2022. Maternidade.

Abstract

This article examines the relationship between religious affiliation and women's reproductive behavior in Brazil, with an emphasis on the evangelical exception revealed by the 2022 Demographic Census. While the national total fertility rate fell to 1.55 children per woman, the rate among evangelical women remains above the national average, reaching 1.74. The cross-tabulations show that fertility among evangelical women remains higher than among Catholic women in all five major geographic regions and at every level of educational attainment analyzed. Drawing on a descriptive analysis that combines census data with cultural and theological interpretations, the study examines the hypothesis that reproduction, in certain evangelical contexts, may operate as a spiritual vocation and a communal expression of belonging. Faith may reinforce an understanding of motherhood as a mission and an expression of fidelity to God, in contrast to secular discourses on autonomy and family planning. The study also explores the role of networks of care and communal recognition within churches, patterns of educational attainment across religious groups, and differences in relation to Catholic, Spiritist, and Afro-Brazilian repertoires. The results indicate that territorial and educational composition contributes to understanding fertility differences but does not fully account for them. The article concludes that fertility should be regarded not only as a demographic indicator but also as a symbolic and moral expression situated within specific religious traditions.

Keywords: Religion. Fertility. Evangelical women. 2022 Census. Motherhood.

Artigo submetido em 30 de agosto de 2025 e aprovado em 27 de agosto de 2026.

* Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Mestre em Teologia pela Unicap. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-9231-2164. E-mail: linikerxavier@gmail.com.

Introdução

O Censo Demográfico de 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constitui, para além de um levantamento estatístico de abrangência nacional, um instrumento político de projeção da realidade brasileira. Realizado após um hiato de doze anos, maior intervalo entre censos desde o início da série histórica, o levantamento surge em um contexto de profundas transformações sociais, econômicas, culturais e religiosas, além de intensas polarizações políticas.

Em termos técnicos, um censo se apresenta como a atualização mais completa das variáveis demográficas e sociais do país. Em termos simbólicos, contudo, apresenta o espelho do Brasil que somos e um ensaio prospectivo do país que estamos nos tornando. Em especial, a publicação dos dados relativos à religião e à fecundidade oferece um campo fértil para análises interdisciplinares que vão além das estatísticas puras. Estamos falando sobre explorar como crenças, valores, desigualdades e políticas públicas se entrelaçam no interior da vida cotidiana das pessoas.

Entre os inúmeros achados demográficos, a confirmação de uma taxa de fecundidade nacional de apenas 1,55 filho por mulher, a menor da história, impõe uma reconfiguração da forma como o Brasil entende sua dinâmica populacional. É uma queda de mais de 75% em relação aos anos 1960, quando a média era superior a seis filhos por mulher. O dado coloca o país abaixo do nível de reposição populacional, estimado em 2,1, e dentro do padrão das nações industrializadas, ainda que marcado por desigualdades internas.

A redução da fecundidade está longe de ser homogênea e coexiste com estruturas sociais e culturais díspares, nas quais a religião pode constituir um fator relevante na conformação dos perfis reprodutivos. O Censo permite observar como certas comunidades, particularmente as religiosas, modulam ou reforçam os padrões dominantes de fecundidade. A despeito da tendência nacional de declínio, os dados mostram que as mulheres evangélicas apresentaram a maior taxa entre os grupos religiosos recenseados e o único valor acima da média nacional.

A manutenção de um número médio de filhos superior entre estas mulheres não pode nem deve ser reduzida a um traço demográfico isolado. Ao contrário, pode sinalizar a presença de fatores culturais, teológicos, socioeconômicos e comunitários que, de maneira integrada, sustentam um comportamento reprodutivo divergente do padrão hegemônico ou que diminui em menor velocidade que no restante do país a partir do recorte religioso.

O dado censitário da taxa de fecundidade traz à academia o desafio de compreender a fé, em suas diversas configurações institucionais e vividas. A questão central, portanto, não é apenas “por que as evangélicas têm mais filhos?”, mas “o que significa ter mais filhos dentro de determinadas tradições religiosas, e quais são os dispositivos sociais e espirituais que sustentam esse padrão?”.

Ignorar os desdobramentos da exceção evangélica no campo da fecundidade seria negligenciar um dos vetores estruturantes das próximas décadas, inclusive no que tange à formulação de políticas públicas e à disputa de valores. Por isso, não devemos nos limitar a identificar um dado estatístico fora da curva, mas compreender os múltiplos significados dessa curva e seus desdobramentos nas culturas da fé e da reprodução.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo investigar a hipótese de que a religião representa mais que uma variável cultural genérica e opera como campo normativo e dispositivo de socialização, participando da construção dos sentidos atribuídos ao número de filhos, à idade da maternidade, às escolhas conjugais e aos projetos biográficos. A fecundidade, nesse contexto, pode ser lida como marcador de pertencimento, de vocação e até mesmo de fidelidade comunitária.

1 Procedimentos metodológicos

Este artigo desenvolve um estudo documental e interpretativo, baseado em dados secundários do Censo Demográfico de 2022 e em revisão bibliográfica sobre religião e fecundidade. Foram utilizadas as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre fecundidade e religião e, principalmente, as Tabelas 10078, 10087 e 10199 do Sistema IBGE de

Recuperação Automática (SIDRA). Os dados históricos sobre a fecundidade brasileira e a distribuição da população por religião foram reproduzidos das publicações oficiais. Já as taxas desagregadas por região, religião e escolaridade foram calculadas pelo autor a partir dos valores disponibilizados nas tabelas do SIDRA.

A Tabela 10078 reúne o número de mulheres de 12 anos ou mais e o número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores ao Censo, distribuídos segundo a idade, o nível de instrução e a cor ou raça das mulheres. Para este artigo, foram selecionadas as sete faixas etárias que compõem o período reprodutivo convencional, dos 15 aos 49 anos. A partir desses dados, calcularam-se a Taxa de Fecundidade Total (TFT) das Grandes Regiões, o grupo etário em que a fecundidade atinge seu ponto mais elevado e a idade média da fecundidade. A mesma tabela foi utilizada para calcular a TFT e a idade média segundo o nível de instrução das mulheres no Brasil.

Os cruzamentos que envolvem pertencimento religioso foram realizados com base na Tabela 10087, que apresenta o número de mulheres e de filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses segundo a religião, a idade e o nível de instrução. A seleção territorial disponível no SIDRA permitiu calcular as taxas de fecundidade dos grandes grupos religiosos no Brasil e nas cinco Grandes Regiões. No recorte nacional, os mesmos dados foram utilizados para calcular a TFT de cada grupo religioso dentro dos diferentes níveis de instrução. Foram consideradas as categorias católicas, evangélicas, espíritas, umbanda e candomblé, outras religiosidades e sem religião. As categorias “não sabe” e “sem declaração” não foram incluídas nas comparações.

O procedimento de cálculo foi o mesmo em todos esses recortes. Primeiro, dividiu-se o número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores ao Censo pelo total de mulheres da mesma faixa etária e do mesmo grupo analisado. O resultado corresponde à Taxa Específica de Fecundidade de cada faixa de idade. Em seguida, somaram-se as taxas das sete faixas etárias, dos 15 aos 49 anos, e o resultado foi multiplicado por cinco, obtendo-se a Taxa de Fecundidade Total. Seguiu-se, assim, o cálculo direto adotado pelo IBGE para os dados de 2022. O pico da fecundidade corresponde à faixa etária que apresentou a maior taxa

específica. A idade média foi calculada considerando as idades centrais de cada grupo etário, ponderadas pelas respectivas taxas de fecundidade. Os resultados foram arredondados para uma ou duas casas decimais, conforme a forma de apresentação de cada tabela.

A composição educacional dos grupos religiosos foi examinada separadamente, com base na Tabela 10199 do SIDRA. Essa tabela apresenta a população de 25 anos ou mais segundo sexo, religião e nível de instrução. Foram selecionados os dados referentes às mulheres e calculada, dentro de cada grupo religioso, a participação percentual de cada categoria educacional. Para isso, dividiu-se o número de mulheres de determinado nível de instrução pelo total de mulheres da mesma religião e multiplicou-se o resultado por 100. Esse procedimento permite comparar a composição educacional interna dos grupos, mas não deve ser confundido com o cálculo das taxas de fecundidade por religião e escolaridade, realizado a partir da Tabela 10087.

A análise comparou inicialmente os níveis de fecundidade dos grandes grupos religiosos e, em seguida, verificou se as diferenças entre evangélicas e católicas permaneciam nas cinco regiões e dentro dos mesmos níveis de instrução. Embora essas tabelas permitam cruzamentos agregados entre religião, território e escolaridade, elas não correspondem a registros individuais nem permitem acompanhar as mesmas mulheres simultaneamente em todas as variáveis. Também não foram estimados modelos estatísticos capazes de controlar idade, raça ou cor, renda, classe social, situação conjugal, ocupação, localização do domicílio e acesso a serviços de saúde reprodutiva.

Por fim, os resultados da amostra ainda eram classificados pelo IBGE como preliminares na data da pesquisa e podem sofrer ajustes posteriores. Também se deve considerar que a categoria “evangélicas” reúne denominações e formas de pertencimento bastante diferentes entre si, enquanto parte da bibliografia utilizada se refere principalmente a contextos pentecostais e neopentecostais. As interpretações culturais e teológicas apresentadas no artigo possuem, portanto, caráter exploratório no sentido de que ajudam a formular hipóteses sobre os sentidos religiosos da maternidade, mas não podem ser generalizadas para todas as mulheres ou igrejas evangélicas.

2 Contexto demográfico e religioso brasileiro

A compreensão das atuais diferenças de fecundidade entre mulheres evangélicas e católicas exige, como pano de fundo analítico, a consideração do duplo movimento que caracteriza a sociedade brasileira nas últimas décadas: a transição demográfica acelerada e a reconfiguração da paisagem religiosa nacional. A queda contínua da taxa de fecundidade no Brasil, associada ao envelhecimento populacional, à urbanização e à elevação dos níveis de instrução, coincidiu temporalmente com o declínio da hegemonia católica e a ascensão de novas formas de vivência da fé, em especial aquelas de matriz evangélica pentecostal e neopentecostal.

A trajetória da fecundidade no Brasil, nas últimas seis décadas, é marcada por um declínio acentuado e contínuo que alterou radicalmente o perfil reprodutivo da população. Em 1960, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) era de aproximadamente 6,3 filhos por mulher, reflexo de uma sociedade ainda fortemente rural e com baixos níveis educacionais, fatores que contribuíam, também, para o limitado acesso a métodos contraceptivos.

Tabela 1 — Taxa de Fecundidade Total segundo os Censos do IBGE — Brasil, 1960–2022.

Ano do Censo	TFT (filhos por mulher)
1960	6,28
1970	5,76
1980	4,35
1991	2,89
2000	2,38
2010	1,9
2022	1,55

Fonte: IBGE

Como observa Gonçalves *et al.* (2019, p. 1), “a essência da transição da fecundidade consiste na mudança de um padrão de intensiva reprodução, quando muitas crianças nascem, mas muitas morrem, para uma reversão desse cenário, passando os nascimentos a serem planejados”. Esse deslocamento, iniciado com

mais força entre as décadas de 1970 e 1980 e impulsionado por fatores como urbanização, escolaridade feminina, inserção no mercado de trabalho e expansão dos serviços de saúde reprodutiva, confirma o contexto de reconfiguração de projetos familiares.

O resultado foi uma queda contínua que, em 2022, levou o Brasil a registrar sua menor TFT: 1,55 filho por mulher, abaixo do nível de reposição populacional (2,1). Essa transição contribui para o envelhecimento da população e desafia políticas públicas baseadas em crescimento vegetativo sustentado. A fecundidade, antes seguindo o modelo tradicional de reprodução coletiva, agora é marcadora de escolhas individuais, atravessada por fatores econômicos e educacionais, além dos simbólicos, todos variando segundo classe, gênero, território e, como veremos, religião.

Tabela 2 — Taxa de Fecundidade Total, grupo etário de maior fecundidade e idade média da fecundidade, por Grande Região — Brasil, 2022.

Território	TFT (filhos por mulher)	Pico da fecundidade	Idade média da fecundidade (anos)
Brasil	1,55	25 a 29 anos	28,1
Norte	1,89	20 a 24 anos	27,0
Nordeste	1,60	25 a 29 anos	27,7
Sudeste	1,41	25 a 29 anos	28,7
Sul	1,50	25 a 29 anos	28,7
Centro-Oeste	1,64	25 a 29 anos	27,9

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE, Censo Demográfico 2022, SIDRA, Tabela 10078; IBGE (2025).

Os resultados mostram que a Região Norte combina o maior nível de fecundidade do País, com TFT de 1,89 filho por mulher, a menor idade média da fecundidade, 27,0 anos, e o único pico situado no grupo de 20 a 24 anos. Essa configuração a distingue do padrão nacional, cujo ponto mais alto se encontra entre 25 e 29 anos, e revela um calendário reprodutivo comparativamente mais jovem. Sudeste e Sul, em contraste, registram TFTs mais baixas, de 1,41 e 1,50 filho por mulher, respectivamente, e as maiores idades médias da fecundidade, ambas de 28,7 anos, com pico entre 25 e 29 anos. As diferenças entre os grupos

religiosos precisam ser interpretadas dentro dessa heterogeneidade territorial, pois as regiões divergem tanto na intensidade quanto no calendário da fecundidade.

A queda da taxa de fecundidade no Brasil não aconteceu de forma isolada, mas articulada a um segundo fenômeno que redefine estruturalmente a sociedade brasileira: o envelhecimento populacional. O processo de envelhecimento decorre, em grande medida, da combinação entre o declínio da fecundidade e da mortalidade e o aumento da expectativa de vida. Para Vasconcelos e Gomes (2012), foi a partir da década de 1970 que o Brasil acelerou sua transição demográfica, quando passaram a nascer menos crianças e mais pessoas chegaram às idades avançadas. Essa mudança afeta o mercado de trabalho, os sistemas previdenciários, a organização familiar e os padrões de consumo, ampliando a demanda por condições que preservem a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas (Oliveira, 2019, p. 70).

Embora frequentemente analisada a partir de indicadores como fecundidade e expectativa de vida, a transição demográfica também acompanha a transformação do campo religioso. Em 1872, no primeiro censo da história do país, 99,7% da população se autodeclarava católica. Ao longo do século XX, sobretudo com o processo de redemocratização, o país atravessou uma inflexão pluralizante com a gradual erosão da hegemonia católica e a emergência acelerada dos grupos evangélicos, especialmente os pentecostais e neopentecostais. O IBGE, contudo, reúne sob a categoria “evangélicos” denominações e correntes bastante distintas.

Como aponta Fernandes (2015, p. 305), é um erro “reduzir a pluralidade do campo religioso brasileiro à mera polarização minorias x majorias”, mas há que se considerar uma “transformação do campo religioso no Brasil” (Sanchis, 2012, p. 5), de modo que “a Igreja Católica perdeu sua antiga condição de monopólio e pilar da sociedade” (Alves *et al.*, 2017, p. 218).

Tabela 3 — Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade por grandes grupos de religião – Brasil – 2010/2022

Grande grupo de religião	2010 (%)	2022 (%)
Católica Apostólica Romana	65,1	56,7
Evangélica	21,6	26,9
Espírita	2,2	1,8
Umbanda e Candomblé	0,3	1,0
Tradições indígenas	0,0	0,1
Outras religiosidades	2,7	4,0
Sem religião	7,9	9,3
Não sabe/sem declaração	0,1	0,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022. Dados dos Resultados preliminares da amostra, estimados a partir de áreas de ponderação preliminares. Censo Demográfico de 2010. Dados da Amostra¹

Os processos de reconfiguração confessional resultam de múltiplos vetores como a urbanização desordenada, a crise institucional da Igreja Católica, a ascensão das mídias religiosas e o protagonismo comunitário das igrejas evangélicas. Também importa a capacidade que esses movimentos tiveram de oferecer pertencimento simbólico e interpretações significativas do sofrimento social. De acordo com Almeida e D’Andrea (2004, p. 103), as redes evangélicas atuam na valorização da pessoa e das relações interpessoais, promovendo o aumento da autoestima e a solidariedade comunitária. Nos templos, segundo os autores, formam-se circuitos de trocas simbólicas e materiais que envolvem dinheiro, alimentos, utensílios, informações, indicações de trabalho e formas de ajuda mútua baseadas na confiança e na fidelidade:

A atividade associativa observada com maior frequência nas áreas de periferias urbanas é o associativismo religioso. O fator religião é uma variável que aumenta consideravelmente as chances de um indivíduo estar envolvido em atividades associativas. O morador da periferia encontra, nos templos evangélicos, um caminho para a atenuação das carências oriundas da vulnerabilidade social a que está submetido. Assim, a igreja torna-se um meio de aquisição de capital social e suprimento de necessidades (Fajardo, 2013, p. 188).

A explosão do evangelicalismo, em especial nas periferias urbanas e entre as camadas mais populares dos centros urbanos, deve ser lida como um processo

¹ A categoria “Umbanda e Candomblé” inclui outras religiões afro-brasileiras.

de realinhamento subjetivo e cultural de largas parcelas da população brasileira e não como simples conversão espiritual. Em muitos casos, estamos falando de uma transição que envolve, além do abandono da matriz religiosa dominante, a reconfiguração de práticas familiares e modos de pensar o mundo.

A mudança na composição religiosa coincide com transformações demográficas e com novas formas de construir trajetórias familiares e profissionais. A queda da adesão católica, de mais de 90% da população em 1970 para 56,7% em 2022, evidencia uma erosão da autoridade moral que a Igreja exercia em temas centrais como sexualidade, casamento, maternidade e família. Ao discutir a “metamorfose do sagrado” (Martín Velasco, 1999), Azevedo (2003, p. 62) aponta a adoção de práticas oriundas de outras tradições, o avanço de novos movimentos religiosos e a indiferença religiosa, diante dos quais a Igreja Católica enfrenta um processo de “esvaziamento”.

O enfraquecimento da centralidade católica permitiu que outras tradições religiosas, em especial as evangélicas, ocupassem os espaços simbólicos e territoriais. A religiosidade evangélica emergente não se limitou a disputar fiéis no plano doutrinário, mas passou a oferecer novas formas de pertencimento, novas narrativas sobre sofrimento, e novos modelos de organização familiar e reprodutiva.

3 Fecundidade e religião no Censo 2022

Voltamo-nos, agora, à materialidade estatística. O comportamento reprodutivo, embora fortemente influenciado por fatores socioeconômicos e educacionais, se revela também permeado por sistemas simbólicos e dispositivos teológicos que variam de forma significativa entre tradições religiosas. Conforme apontam Carvalho e Verona (2014, p. 1108), as muitas mudanças no comportamento reprodutivo das brasileiras acontecem ao mesmo tempo em que a religião ganha destaque no campo de pesquisa da fecundidade, já que é possível constatar sua importância sobre a vida dos indivíduos, incluindo o comportamento e as escolhas reprodutivas das mulheres.

O dado bruto, por si só, já impõe questões relevantes: por que razão apenas

as mulheres evangélicas superaram a média nacional de fecundidade? A informação pode reforçar a tese de que há um imaginário eclesial e um ethos comunitário dentro deste segmento que valoriza famílias maiores, oferecendo recursos simbólicos, espirituais e relacionais que tornam esse projeto de vida possível e desejável. As igrejas, nesse caso, além de mediadoras morais, se tornam ambientes produtores de sentido e viabilidade para um modelo familiar ampliado. Há uma diferença da forma de enxergar e ser no mundo.

Tabela 4 — Taxa de Fecundidade Total por grande grupo religioso e Grande Região — Brasil, 2022.

Religião	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Evangélicas	1,74	2,03	1,72	1,63	1,73	1,83
Católicas	1,49	1,77	1,57	1,33	1,44	1,56
Sem religião	1,47	1,98	1,63	1,30	1,36	1,58
Espíritas	1,01	0,91	1,10	1,00	0,98	1,07
Umbanda/Candomblé	1,25	0,95	1,18	1,22	1,40	1,14
Outras religiões	1,39	1,91	1,35	1,30	1,39	1,45

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE, Censo Demográfico 2022, SIDRA, Tabela 10087²

Em todas as cinco Grandes Regiões, a TFT das mulheres evangélicas supera a das católicas. Os maiores valores evangélicos aparecem no Norte, com 2,03 filhos por mulher, e no Centro-Oeste, com 1,83. Registrada, ainda, vantagem no Nordeste (1,72 contra 1,57), no Sudeste (1,63 contra 1,33) e no Sul (1,73 contra 1,44). Mesmo no Sudeste, onde a fecundidade geral é a menor do país, o diferencial evangélico permanece e chega a 0,30 filho por mulher, a maior distância regional entre evangélicas e católicas.

A fecundidade, enquanto expressão biográfica e social, é sensível aos arranjos que combinam escolaridade, idade, renda, territorialidade e acesso a direitos. E esses arranjos, por sua vez, são distribuídos de forma desigual entre os grupos religiosos. O que os dados do Censo revelam é a fé situada em corpos

² A TFT foi calculada a partir das taxas específicas de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos. Valores arredondados a duas casas decimais.

marcados por assimetrias históricas.

A correlação entre escolaridade e fecundidade constitui um dos achados mais sólidos da demografia contemporânea, e no caso brasileiro, os dados do Censo 2022 reiteram essa associação inversa. Os resultados mostram que o aumento da escolaridade se associa à redução da fecundidade e ao adiamento da maternidade. Entre as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, a TFT é de 2,01 filhos e a idade média, de 26,7 anos. Entre as que concluíram o ensino superior, a TFT cai para 1,19 e a idade média sobe para 30,7 anos. Entre os extremos, portanto, há redução de 0,82 filho por mulher e aumento de quatro anos na idade média.

Tabela 5 — Taxa de Fecundidade Total e idade média da fecundidade, por nível de instrução das mulheres — Brasil, 2022.

Nível de instrução	TFT (filhos por mulher)	Idade média da fecundidade (anos)
Total	1,55	28,1
Sem instrução e fundamental incompleto	2,01	26,7
Fundamental completo e médio incompleto	1,89	27,3
Médio completo e superior incompleto	1,42	28,4
Superior completo	1,19	30,7

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE, Censo Demográfico 2022, SIDRA, Tabela 10078; IBGE (2025).

A educação formal reposiciona a mulher dentro do ciclo de vida, reorganizando suas possibilidades de autonomia. O prolongamento da escolarização pode implicar, quase sempre, no adiamento da maternidade.

Com a “Tabela 10199 — Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, sexo e religião” do Censo 2022, realizou-se o cálculo da distribuição das mulheres por religião e nível de instrução. O procedimento consistiu em extrair os totais absolutos de cada grupo religioso e calcular as proporções internas, dividindo o número de mulheres em cada categoria educacional pelo total de mulheres da respectiva religião e multiplicando o resultado por 100. Assim, apresentam-se tanto os números absolutos disponíveis na tabela do IBGE quanto a participação relativa de cada nível de escolaridade dentro de cada

tradição religiosa.

Tabela 6 — Religião e nível de instrução das mulheres com 25 anos ou mais — Brasil, 2022.

Religião	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Católica	40.149.357	14.297.586 (35,6%)	5.094.522 (12,7%)	12.235.982 (30,5%)	8.521.266 (21,2%)
Evangélicas	19.766.204	6.841.492 (34,6%)	2.929.105 (14,8%)	6.875.146 (34,8%)	3.120.460 (15,8%)
Espírita	1.714.427	193.296 (11,3%)	143.172 (8,4%)	529.074 (30,9%)	848.884 (49,5%)
Umbanda e Candomblé	783.118	148.171 (18,9%)	111.350 (14,2%)	309.141 (39,5%)	214.456 (27,4%)
Tradições indígenas	27.838	15.480 (55,6%)	2.910 (10,5%)	5.741 (20,6%)	3.707 (13,3%)

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE, SIDRA, Tabela 10199³

As mulheres evangélicas concentram-se majoritariamente nos níveis médios de instrução: 34,6% possuem apenas ensino fundamental incompleto ou nenhum grau de instrução, enquanto 34,8% alcançaram o ensino médio completo ou o superior incompleto. Apenas 15,8% possuem ensino superior completo. O baixo percentual de evangélicas com ensino superior é parte de um modelo de vida em que a escolarização longa nem sempre é priorizada, especialmente quando entra em tensão com a antecipação da maternidade e o chamado para papéis conjugais e parentais precoces.

Em contraste, as mulheres espíritas, que exibem a menor taxa de fecundidade entre os grupos religiosos (1,01), apresentam o maior índice de escolaridade superior: 49,5% têm curso superior completo e 11,3% estão nos níveis mais baixos de escolarização. A diferença sugere uma correlação entre maior escolaridade e menor fecundidade, reforçando o argumento de que a educação atua como vetor de reorganização do ciclo reprodutivo, ampliando o leque de escolhas femininas.

³ Os percentuais foram calculados dentro de cada grupo religioso. Em razão do arredondamento das estimativas, a soma das parcelas pode diferir do total em uma unidade, e os percentuais podem não totalizar exatamente 100%.

A composição educacional dos grupos religiosos, contudo, não esclarece inteiramente as diferenças observadas. Para verificar se o diferencial religioso permanece entre mulheres situadas em níveis de instrução semelhantes, as taxas de fecundidade foram também calculadas no interior de cada categoria educacional.

Tabela 7 — Taxa de Fecundidade Total, por grande grupo religioso e nível de instrução das mulheres — Brasil, 2022.

Religião	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Evangélicas	1,74	2,17	2,05	1,62	1,37
Católicas	1,49	1,90	1,80	1,36	1,19
Sem religião	1,47	2,15	1,93	1,27	0,89
Espíritas	1,01	1,32	1,38	0,98	0,84
Umbanda/Candomblé	1,25	1,73	1,66	1,15	0,78
Outras religiões	1,39	1,99	1,68	1,29	1,18

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE, Censo Demográfico 2022, SIDRA, Tabela 10087⁴

Quando se comparam os extremos da escolarização, a fecundidade diminui em todos os grupos religiosos. Entre as evangélicas, a TFT passa de 2,17 para 1,37; entre as católicas, de 1,90 para 1,19. A tendência é, portanto, de queda, embora não seja perfeitamente linear: entre as espíritas, a TFT sobe ligeiramente de 1,32 para 1,38 nos dois níveis iniciais, antes de cair para 0,98 e 0,84. A fecundidade evangélica permanece superior à católica nos quatro níveis de instrução: 2,17 contra 1,90; 2,05 contra 1,80; 1,62 contra 1,36; e 1,37 contra 1,19. A composição educacional pode explicar, assim, parte da diferença.

4 Fatores culturais e teológicos

No caso das mulheres evangélicas, particularmente entre as vertentes pentecostais e neopentecostais, a reprodução é prática imersa em dispositivos discursivos e espirituais que conferem sentido e legitimidade à experiência da

⁴ A TFT foi calculada a partir das taxas específicas de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos. Valores arredondados a duas casas decimais.

maternidade, o que é muito mais do que um evento biológico.

Os estudos de gênero e religião oferecem um ponto de partida importante para essa leitura. Souza (2004) chamou atenção para o espaço ainda restrito dessa relação na produção feminista brasileira, enquanto Cunha (2017), ao examinar os usos político-religiosos da categoria gênero, mostrou a circulação pública de discursos conservadores sobre família, corpo e sexualidade. Embora não tratem diretamente da fecundidade censitária, essas contribuições nos ajudam a situar a maternidade como tema religioso e social.

Essa dimensão da mulher-mãe-evangélica é orientadora da vida cotidiana. O ato de ter filhos é compreendido como cumprimento da vontade divina ou evidência de bênção. Assim sendo, a fecundidade não pode ser lida apenas como um reflexo da ausência de escolaridade ou renda, já que, neste caso, opera enquanto desdobramento coerente com os sentidos atribuídos ao corpo feminino e ao tempo no interior dessas comunidades religiosas, esfera onde a cultura teológica e a estrutura social se entrelaçam produzindo padrões reprodutivos que desafiam a linearidade dos modelos explicativos clássicos.

Especialmente nas vertentes pentecostais e neopentecostais que se expandiram nas periferias urbanas brasileiras, a figura materna ocupa uma posição central na construção simbólica da identidade feminina e na arquitetura espiritual da comunidade. A mulher que gera e conduz os filhos “nos caminhos do Senhor” é exaltada como agente espiritual responsável pela sustentação do lar e pela formação dos futuros membros da igreja. A maternidade adquire dimensão pública e teológica.

A “mulher de oração”, a “guerreira espiritual”, a “intercessora da família” são imagens recorrentes nos cultos e pregações, operando como modelos de santificação feminina. Conforme argumenta Rodrigues-Câmara (2016), a maternidade pode ser compreendida como a manifestação do Sagrado na existência dessas mulheres, marcando a experiência feminina como campo privilegiado da religiosidade incorporada e simbólica e reiterando que a gestação transcende a função biológica, operando como atividade mística.

A mulher sem filhos, nesse contexto, não raro enfrenta olhares de suspeição espiritual ou é objeto de intercessão coletiva, pois, se a fertilidade é interpretada como bênção, sua ausência é motivo de inquietação espiritual. Este *ethos* religioso que reafirma a maternidade como eixo estruturante da identidade feminina contribui para a manutenção de padrões de fecundidade mais elevados entre as evangélicas.

A centralidade da maternidade na teologia evangélica popular encontra respaldo em narrativas bíblicas profundamente enraizadas no imaginário das comunidades de fé. Figuras de Sara, Rebeca, Ana e Maria, presentes nos relatos bíblicos, ilustram a fertilidade como dádiva e constroem um ideal de mulher cuja dignidade está vinculada à capacidade de gerar filhos e cumprir um propósito espiritual maior. Ana, por exemplo, é exaltada nos púlpitos como exemplo de perseverança na oração por um filho que resulta no nascimento de Samuel, profeta consagrado.

São arquétipos femininos que estruturam o imaginário religioso contemporâneo, vinculando a maternidade à identidade da mulher temente a Deus. A gravidez, neste sentido, é um dom espiritual que se inscreve no corpo feminino como sinal visível da graça e da aprovação de Deus. O nascimento de um filho pode ser interpretado como resposta à oração e cumprimento de uma promessa divina, enquanto a infertilidade pode assumir contornos de provação e tornar-se objeto de intercessão religiosa. A visão sacralizada reforça a expectativa de que a mulher esteja aberta à maternidade como sinal de submissão à vontade de Deus.

A leitura literal de Gênesis 1:28, “sede fecundos e multiplicai-vos”, é frequentemente mobilizada nos púlpitos como símbolo de frutificação espiritual. O lar com muitos filhos é celebrado como “família de fé”, os pais que acolhem a maternidade e a paternidade para famílias numerosas são exemplos de confiança na providência divina.

Esse *ethos* reprodutivo contrasta com os discursos secularizados que dominam grande parte do imaginário urbano contemporâneo, nos quais a maternidade é reposicionada como escolha marcada por compatibilidade com a

carreira profissional e com a autonomia subjetiva. Já no universo evangélico, ao contrário, o corpo é compreendido como “templo do Espírito Santo”, logo, como veículo para o cumprimento de um chamado superior. A lógica da autonomia cede espaço à lógica da vocação.

A família constitui um núcleo litúrgico e formativo no interior das dinâmicas eclesiais evangélicas. Os cultos domésticos, as consagrações infantis, os encontros de casais e as campanhas de oração por filhos estruturam a vida familiar como espaço de mediação espiritual sempre em movimento. A igreja se organiza em torno dela, promovendo a reprodução de uma cultura de fé que valoriza o lar como extensão do templo. A sacralização do ambiente familiar se desdobra em expectativas normativas como o casar cedo, manter uma vida conjugal estável, ter filhos e criá-los “nos caminhos do Senhor”.

A maternidade pode adquirir um valor comunitário para além da intimidade do lar e ser elemento de prestígio. A mulher-mãe, sobretudo se ativa na igreja, é celebrada como exemplo de virtude e resistência, e ocupa espaços de autoridade simbólica que não são necessariamente abertos a outras mulheres. Um regime de reconhecimento que articula reprodução biológica e participação espiritual, reafirmando a maternidade como eixo organizador das trajetórias femininas e alicerce da identidade evangélica coletiva.

Há ainda o investimento normativo de determinadas denominações evangélicas no controle da sexualidade feminina, especialmente por meio da valorização da virgindade pré-marital e da consagração do casamento como marco inaugural da vida sexual e reprodutiva. A “pureza” da mulher é entendida como sinal de santidade, sendo constantemente reforçado por pregações, aparato moral que estimula uniões precoces, forma legítima de “fugir da tentação” e iniciar uma nova etapa de fidelidade conjugal e frutificação familiar. Embora muitas igrejas hoje acolham o uso de métodos contraceptivos, as normas religiosas sobre casamento, sexualidade e família podem produzir tensões entre o planejamento reprodutivo e o ideal de abertura à vontade divina.

Nestes espaços, o gênero não é concebido como construção social, mas como designação divina pré-estabelecida nas Escrituras. A mulher é chamada a

ocupar as funções de esposa submissa, mãe zelosa, cuidadora devotada, ajudadora. O cuidado com o lar é uma forma de serviço a Deus e o apoio ao marido é prova de temor ao Senhor. Desta forma, a criação dos filhos é abordada como ministério espiritual em uma estrutura espiritualizada do feminino que reforça a expectativa do itinerário ideal da mulher de fé, construindo uma trajetória de gênero coerente com os valores da comunidade.

O contraste com a tradição católica é significativo no que se refere à progressiva adesão das mulheres católicas ao discurso público da autonomia reprodutiva. Embora o magistério da Igreja ainda reafirme o ideal da abertura à vida e da maternidade como vocação, na prática, observa-se um deslocamento da autoridade eclesiástica sobre os corpos e decisões íntimas. O controle doutrinário que outrora estruturava o cotidiano católico, regulando sexualidade, casamento, maternidade e planejamento familiar, sofreu erosões profundas nas últimas décadas, especialmente nas camadas mais escolarizadas e economicamente autônomas da população.

A emergência das teologias feministas católicas, ainda que à margem das estruturas oficiais, também tem desempenhado um papel relevante nesse processo de ressignificação ao questionar a maternidade compulsória e propor leituras da fé centradas na dignidade da mulher como sujeito autônomo e capaz, portanto, de discernir sobre o seu próprio corpo.

Do mesmo modo, o espiritismo e as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, aparecem associados a compreensões da fecundidade que se distanciam do ideal normativo de reprodução como obediência religiosa. No espiritismo kardecista, a maternidade é compreendida à luz da reencarnação e de vínculos espirituais anteriores à existência presente. A gestação participa, assim, de uma rede de compromissos morais e evolutivos que ultrapassa a filiação biológica e a decisão estritamente individual.

Já nas religiões afro, a maternidade está profundamente vinculada à ancestralidade e à continuidade dos axés, mas não se limita à filiação biológica. A mulher pode ser sacerdotisa, ialorixá, cuidadora do terreiro e liderança comunitária sem estar biologicamente vinculada à maternidade. Os filhos de

santo e os vínculos rituais funcionam como redes simbólicas de filiação e cuidado, deslocando o eixo da reprodução do biológico para o espiritual e comunitário (Flaksman, 2018).

Conclusão

Os dados do Censo Demográfico de 2022 tornam visível um padrão consistente. Em um país cuja Taxa de Fecundidade Total chegou a 1,55 filho por mulher, as evangélicas registraram 1,74, o maior índice entre os grupos religiosos analisados. Os cruzamentos apontam uma evidência importante: a taxa evangélica supera a católica nas cinco Grandes Regiões, inclusive no Sudeste, onde a fecundidade geral é mais baixa. A diferença também permanece nos quatro níveis de instrução. Mesmo entre as mulheres com ensino superior completo, a TFT evangélica alcança 1,37, diante de 1,19 entre as católicas.

A escolaridade ocupa um lugar de destaque na análise do cenário. À medida que avança, a fecundidade diminui em todos os grupos religiosos. Ainda assim, evangélicas e católicas situadas nos mesmos níveis educacionais continuam apresentando taxas distintas. O território e a composição educacional ajudam a compreender o fenômeno, em que pese não bastar para explicá-lo. O pertencimento religioso conserva, portanto, força analítica própria na conformação dos comportamentos reprodutivos.

No campo evangélico, especialmente nos contextos pentecostais e neopentecostais discutidos neste artigo, a maternidade está inserida em uma rede de sentidos que envolve vocação, bênção, fidelidade e reconhecimento comunitário. As igrejas participam desse processo por meio de ensinamentos sobre família e gênero, mas também pelas redes de cuidado e solidariedade que tornam a maternidade um projeto compartilhado. Condições econômicas e a escolaridade, além do território geográfico, atravessam essas experiências. A religião lhes oferece linguagem e valor moral.

A exceção evangélica, assim, revela que as mudanças demográficas não ocorrem do mesmo modo em todos os grupos e que as tradições religiosas participam da maneira como as mulheres compreendem o corpo, a família e seus

projetos de vida. Ao demonstrar que o diferencial permanece entre regiões e níveis de instrução, o artigo reforça a necessidade de incorporar a religião de maneira substantiva aos estudos sobre gênero e reprodução. A fecundidade expressa uma dinâmica populacional, sim, mas também escolhas e expectativas formadas no interior de comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiajuru. Pobreza e redes sociais em uma favela paulista. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 68, p. 94-106, 2004.
- ALVES, José Eustáquio Diniz *et al.* Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**. São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.112180.
- AZEVEDO, Dermi. Desafios estratégicos da Igreja Católica. **Lua Nova**. São Paulo, n. 60, p. 57-79, 2003. DOI: 10.1590/S0102-64452003000300004.
- CARVALHO, Angelita Alves; VERONA, Ana Paula de Andrade. Religião e fecundidade: uma análise do nível e padrão da fecundidade segundo grupos religiosos no Brasil em 2006. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p. 1086-1113, 2014. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2014v12n36p1086.
- CUNHA, Magali do Nascimento. Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político-religioso no Brasil dos anos 2010. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte, v. 49, n. 2, p. 253-276, maio/ago. 2017. DOI: 10.20911/21768757v49n2p253/2017.
- FAJARDO, Maxwell Pinheiro. Pentecostalismo, urbanização e periferia: perspectivas teóricas. **Paralellus**. Recife, v. 2, n. 4, p. 181-192, 2013. DOI: 10.25247/paralellus.2011.v2n4.p181-192.
- FERNANDES, Silvia Regina Alves. Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas. **Contemporânea**. São Carlos, v. 5, n. 2, p. 289-308, jul./dez. 2015.
- FLAKSMAN, Clara. "De sangue" e "de santo": o parentesco no candomblé. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 124-150, 2018.
- GONÇALVES, Guilherme Quaresma *et al.* A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX: uma perspectiva regional. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v. 36, e0098, p. 1-34, 2019. DOI: 10.20947/S0102-3098a0098.
- IBGE. **Censo Demográfico 2022**: fecundidade e migração: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102187.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: fecundidade e migração: resultados preliminares da amostra: apresentação da divulgação. Rio de Janeiro: IBGE, 27 jun. 2025.

Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/5372fb0147f5f64f194665e8428003f8.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: religiões: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Tabela 10078:

Mulheres de 12 anos ou mais de idade, total de filhos tidos nascidos vivos, total de filhos que estavam vivos na data de referência e filhos tidos nascidos vivos no período de referência de 12 meses pelas mulheres de 12 anos ou mais de idade, por grupos de idade das mulheres, segundo o nível de instrução e a cor ou raça das mulheres. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10078>. Acesso em: 12 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Tabela 10087:

Mulheres de 12 anos ou mais de idade, total de filhos tidos nascidos vivos, total de filhos que estavam vivos na data de referência e filhos tidos nascidos vivos no período de referência de 12 meses pelas mulheres de 12 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo a religião e o nível de instrução. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10087>. Acesso em: 12 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**: Tabela 10199:

peças de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, sexo e religião. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10199>. Acesso em: 10 jul. 2026.

MARTÍN VELASCO, Juan. **Metamorfosis de lo sagrado y futuro del cristianismo**. Santander: Sal Terrae, 1999. (Cuadernos Aquí y Ahora, 37).

OLIVEIRA, Anderson Silva. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Hygeia**. Uberlândia, v. 15, n. 32, p. 69-79, 2019. DOI: 10.14393/Hygeia153248614.

RODRIGUES-CÂMARA, Cátia Cilene. Maternidade e espiritualidade: aspectos simbólicos. **Paralellus**. Recife, v. 6, n. 13, p. 467-494, 2016. DOI: 10.25247/paralellus.2015.v6n13.pp.467-494.

SANCHIS, Pierre. Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas: entrevista. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, ano 12, n. 400, p. 5-8, 2012.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 122-130, set./dez. 2004. DOI: 10.1590/S0104-026X2004000300014.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, out./dez. 2012. DOI: 10.5123/S1679-49742012000400003.